

cidade	jornal	data veiculação
ARARAQUARA	Folha da cidade	1-JUL-87
	a s s u n t o	
6- LOTEAMENTO POPULAR		

ARARAQUARA, 4ª FEIRA, 1º/07/87

"FOLHA DA CIDADE" — 3

Ministro defende os lotes urbanizados

Durante homenagem que lhe foi prestada pelo Conselho Regional dos Corretores de Imóveis — Creci, o ministro do Desenvolvimento Urbano, Deni Shwartz afirmou que o problema de habitação, hoje, "é uma questão de segurança nacional", que precisa de medidas urgentes para permitir que o brasileiro tenha um pedaço de terra. O ministro defendeu a implantação dos lotes urbanizados — áreas loteadas, com infraestrutura mínima (água e luz) e vendidas à população de baixa renda, uma das formas de se evitar as invasões de terra e os altos custos dos aluguéis e da construção. O pagamento desses lotes será feito de acordo com o que o trabalhador possa dispendir. Se ganha um salário mínimo, o trabalhador vai comprometer apenas 10 por cento dele com a prestação, o restante vem com o chamado "subsídio explícito", que o governo dará para quem recebe entre um e três salários mínimos" — explicou o ministro.

Deni Shwartz falou também do rombo no Sistema Financeiro da Habitação — uma das principais razões para os agentes financeiros não terem ainda reaberto os financiamentos. Segundo ele, essa situação deverá ser normalizada nos próximos dias, para que os financiamentos possam ser reabertos. Shwartz afirmou que o Banco Central está estudando duas possibilidades para que os próprios mutuários colaborem na redução do rombo: dando incentivos fiscais para que a liquidação dos contratos antigos e renegociando os eventuais saldos de financiamentos. O ministro disse ainda, que "se os

mutuários não pagarem um pouco mais, toda a sociedade terá de pagar através do Tesouro".

Deni Shwartz adiantou também, que novas mudanças deverão ocorrer, muito em breve, na política da Caixa Econômica Federal, com uma desburocratização de atividades, maior utilização de sua infraestrutura, como por exemplo, fazendo com que o gerente de uma agência do Interior possa conceder o financiamento sem quaisquer burocracia, e, possivelmente, com a abertura de financiamentos para imóveis usados.

Reafirmou ainda, que os contratos com equivalência salarial terão suas prestações reajustadas normalmente durante o congelamento de preços, com base no gatilho salarial, enquanto os contratos com base em OTN também serão reajustados nas datas previstas.

INQUILINATO

A nova Lei do Inquilinato, segundo sua sugestão, deveria basear-se em um aluguel correspondente a um por cento do valor venal do imóvel, com reajustes anuais. No seu entender, "a medida permitiria às prefeituras, arrecadar impostos corretamente".

O ministro afirmou que, "nessa proposta é para que a nova política habitacional possibilite à população comprar, ou, pelo menos, alugar um imóvel por um valor que lhe permita, ao menos, sobreviver, sem causar penalidades aos locatários, como aconteceu depois do congelamento do ano passado. O ideal é termos oferta de imóveis, e não congelamento de aluguéis".